

# Ideias em fluxo: imaginação política e intelectual na *Présence Africaine* (1950-1960)<sup>1</sup>

Raissa Brescia dos Reis<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, apresenta-se, tendo como ponto de partida artigos, dossiês e editoriais da *Présence Africaine* do final da década de 1950 e do início dos anos de 1960, um fluxo de ideias políticas que foi central para o debate intelectual e político no continente africano e em outras regiões do planeta. Como veículo da imaginação dos futuros Estados africanos e também de sua inserção em projetos políticos coletivos, pan-africanos certamente, mas ao mesmo tempo terceiro-mundistas, a *Présence Africaine* é aqui considerada fonte privilegiada para compreender agendas e movimentos de solidariedade internacionais que visaram ao rompimento de lógicas imperiais e assimétricas do poder. Seguindo alguns sentidos desse imbricado fluxo, que se distribuem ao longo do espaço e também do tempo, o objetivo é duplo: compreender a projeção de futuros possíveis e conectados e entendê-los como ideias e conceitos políticos vividos no século XX que procuraram fomentar novos eixos de protagonismo político e epistemológico.

**Palavras-chave:** História da África; História Intelectual; Independências africanas; Terceiro Mundo; *Présence Africaine*.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação e um desenvolvimento do trabalho resultante da pesquisa de doutorado em História, entre 2014 e 2018, com vinculação à Universidade Federal de Minas Gerais e à Université de Bordeaux – Montaigne.

<sup>2</sup> Professora adjunta de História da África no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora e mestre em História Social da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em História Moderna e Contemporânea pela Université de Bordeaux – Montaigne. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0147-6871>. E-mail: [rah.brescia@gmail.com](mailto:rah.brescia@gmail.com).

## IDEAS IN MOVEMENT: POLITICAL AND INTELLECTUAL IMAGINATION IN PRÉSENCE AFRICAINE (1950-1960)

**Abstract:** This paper is an investigation of the political ideas movement that was central to the intellectual and political debate in Africa and in other regions of the planet in the post-World War II context. Taking as starting point *Présence Africaine* late 1950s and early 1960s articles, dossiers, and editorials, this study aims to address the configuration of an intricate network and heteronomic political space within then called Third World. As a vehicle for the imagination of future African States and also for their insertion in collective political projects, pan-African certainly, but also in a Third World dimension, *Présence Africaine* is here considered a privileged source for understanding international solidarity agendas and movements that aimed the breaking of imperial and asymmetrical logics of power. Following some directions of this intertwined network, which are distributed over space and time, the objective is twofold: to understand the projection of possible, connected futures; and to acknowledge these projects as political concepts that organized the action and worked as the substrate to foster new axes of political and epistemological protagonism.

**Keywords:** African History; Intellectual History; African Independencies; Third World; *Présence Africaine*.

## Introdução

A *Présence Africaine* foi fundada em 1947 como revista pelo senegalês Alioune Diop (1910-1980) e endossada em seus primeiros números por uma ampla lista de patronos e editores formada por nomes como Michel Leiris (1901-1990), Paul Rivet (1876-1958), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Albert Camus (1913-1960), Paul Hazoumé (1890-1980), Léopold Sédar Senghor (1906-2001) e Aimé Césaire (1913-2008). Além dessas figuras iniciais, ao longo da década de 1950 os nomes de Christiane Yandé Diop e de Iwiyé Kala-Lobé se tornam referências contínuas em documentações institucionais e editoriais da revista.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Apesar de seu importante papel como editora e diretora da *Présence Africaine*, Yandé Diop tem sua atuação profissional muitas vezes considerada pela bibliografia como

A partir de 1949, a *Présence Africaine* tornou-se também uma editora<sup>4</sup> e, em 1956, um veículo da Société Africaine de Culture (SAC). Seu papel para a formação e a difusão de uma imagem do intelectual negro em meados do século XX foi de destaque. Como herdeira do movimento negritudiano, procurou colocar em prática a ideia da construção de um “novo humanismo”, aberto ao contributo dos povos negros na criação da modernidade.<sup>5</sup> E, mesmo mantendo esse papel de crítica, em grande

---

tendo sido iniciada somente após a morte de Alioune Diop, em 1980. No entanto, seu nome substitui o de Alioune desde o número 5 da Nouvelle Série, publicado ainda em 1955, no papel de “gerente” (gérante) ou de “diretora-gerente” (directrice-gérante). O nome de Kala-Lobé também aparece muitas vezes em fontes institucionais, principalmente naquelas referentes à organização de eventos, como o II Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em 1959, em Roma, na Itália, no entanto o jornalista não figura com centralidade na bibliografia sobre a revista. Sabe-se, por outro lado, que Iwiyé Kala-Lobé era meio-irmão materno de Yandé e de David Diop, e, portanto, cunhado de Alioune Diop. PRÉSENCE Africaine, Maison d’édition, site. Disponível em: <<http://www.presenceafricaine.com/info/8-maison-d-edition>>. Acesso em 5 de setembro de 2018; e LE QUOTIDIEN. Hommage à David Diop, Le Quotidien, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.lequotidien.sn/hommage-a-david-diop/>>. Acesso em 5 de setembro de 2018.

<sup>4</sup> Em 1962, a *Présence Africaine* se tornou também uma livraria que, segundo Sarah Frioux-Salgas, assumiu a tarefa de, para além de publicar, disponibilizar um grande número de obras acerca do continente africano e do mundo negro diaspórico. FRIOUX-SALGAS, Sarah. *Présence Africaine. Une tribune, un mouvement, un réseau, Gradhiva*, Paris, n. 10, pp. 4-21, 2009.

<sup>5</sup> Ainda em 1935, no jornal *L’Étudiant Noir*, Léopold Sédar Senghor chama de “humanismo novo” um “humanismo negro” fundado pela unidade renovadora entre o “espírito sensual”, que seria uma característica “negra”, e o espírito da empiria e da técnica, “europeu”. Uma forma mais acabada desse ponto foi trabalhada pelo autor também em 1939, em seu “O contributo do homem negro”. A Négritude senghoriana, fundamentada na capacidade que o negro teria de “assimilar sem ser assimilado”, seria uma representação deste “humanismo novo”. Senghor afirmava, em diálogo com o pensamento francês católico no entreguerras: “Ei-nos, no cerne do problema humanista. Trata-se de saber ‘qual a finalidade do homem’. Deverá encontrar apenas em si a solução, como o pretende Guéhenno, segundo Michelet e Gorki? Ou o Homem só é verdadeiramente homem quando se supera para encontrar a sua realização fora de si e mesmo do Homem? Trata-se, efetivamente, como diz Maritain, na senda de Scheler, de ‘concentrar o mundo no homem’ e de ‘alargar o homem ao mundo’” (SENGHOR, Léopold Sédar. *O contributo do homem negro* (1939) In: SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos*

medida, cultural e centrado em sua relação constitutiva com os campos intelectuais oeste-africano e francês, transformou-se em arena de debates e de “heterotopia”<sup>6</sup> de práticas que fundamentavam as mobilizações e os projetos políticos sobre o futuro da África, em especial do Oeste africano, e do Terceiro Mundo, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Não por acaso, vários de seus posicionamentos nesse período são elencados até hoje como construtores de um campo de enunciação e de emancipação muitas vezes apropriado por grupos da sociedade civil organizada na América, na Europa e na África.

Neste artigo, pretende-se investigar, tendo como ponto de partida artigos, dossiês e editoriais da *Présence Africaine* do final da década de 1950 e do início dos anos de 1960, um fluxo de ideias políticas que foi central para o debate intelectual e político no continente africano e em outras regiões do planeta. Como veículo da imaginação dos futuros Estados africanos e também de sua inserção em projetos políticos coletivos, pan-africanos certamente, mas ao mesmo tempo terceiro-mundistas, a *Présence Africaine* é aqui considerada fonte privilegiada para compreender agendas e solidariedades internacionais que visaram ao rompimento de lógicas imperiais e assimétricas do poder. Seguindo alguns sentidos desse imbricado fluxo, que se distribuem ao longo do espaço e também do tempo, o objetivo é duplo: compreender a projeção de futuros possíveis e conectados e entendê-los como ideias e conceitos políticos vividos no século XX.

---

anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 79.) No humanismo novo de Senghor, a centralidade da comunhão homem-coisa, que o autor enxerga como um fator formativo das ditas “culturas negras” e de uma “fisiopsicologia do negro”, marca uma ruptura e uma crítica da razão instrumentalista europeia. (PRÉSENCE Africaine, Paris, n. 8-9-10, junho-novembro 1956, p. 215).

<sup>6</sup> Referência ao conceito desenvolvido por Michel Foucault que aponta para espaços que se constituem como dimensões da sociedade imaginadas a partir de regras e projetos diversos daqueles que comporiam sua organização normalizada. Diferente da “utopia”, vista como irreal, a heterotopia pode ser entendida como a manifestação concreta e passível de análise social da imaginação social desviante. Segundo o filósofo francês, “elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real” (FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, vol. III – *estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 437).

Nesse sentido, recorre-se muitas vezes aos termos Terceiro Mundo e terceiro-mundismo, tendo em vista seu uso nas fontes e sua integração ao contexto estudado como conceitos políticos e também articuladores de repertórios e de práticas intelectuais. Geralmente, o primeiro registro do termo Terceiro Mundo, ao lado de seus correlatos, Primeiro Mundo e Segundo Mundo, é creditado a Alfred Sauvy, no artigo intitulado “Trois mondes, une planète”, de 1952. No texto, o Terceiro Mundo é comparado ao Terceiro Estado, protagonista na Revolução Francesa no final do século XVIII. Apesar de representada como passiva e quase dormiente diante das manobras do Ocidente capitalista e do Oriente soviético, o texto alertava para o potencial irruptivo dessa porção do mundo. Aqui, no entanto, nos interessa menos a heterodenominação e mais as apropriações realizadas a partir dessa percepção da geopolítica internacional cindida do pós-Segunda Guerra Mundial.<sup>7</sup>

O uso de Terceiro Mundo se dá, pois, como “categoria nativa”, à luz da reflexão do historiador Frederick Cooper, em *Colonialism in question*, de 2005, que propõe atenção aos conceitos criados no interior das temporalidades estudadas como forma de evidenciar as especificidades de apropriações, negociações e disputas então vigentes<sup>8</sup>. Dessa forma, embora o conceito tenha sido alvo de várias críticas no final do século passado devido às ambiguidades nele encerradas desde seu primeiro uso registrado,<sup>9</sup> tratou-se de uma “categoria nativa” a partir da qual foram questionados, negociados, apropriados, transformados e construídos projetos de organização global, para além do eixo Norte.

<sup>7</sup> SAUVY, Alfred. Trois mondes, une planète, *Vingtième Siècle: revue d'histoire*, n. 12, pp. 81-3, 1986, cit. p. 83.

<sup>8</sup> COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2005, p. 18.

<sup>9</sup> Destaco aqui o trabalho de Carl Pletsch sobre o essencialismo envolvido no termo Terceiro Mundo e, mais amplamente, na teoria dos três mundos que se espalhou durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, por seus efeitos nocivos à percepção da diversidade e da dimensão relacional das identidades e das negociações entre indivíduos e coletividades. Ver PLETSCHE, Carl. The three worlds, or the Division of Social Scientific Labor, circa 1950-1975, *Comparative Studies in Society and History*, 23, pp. 565-90, 1981.

## As linhas de atuação do intelectual africano delineadas na *Présence Africaine* (1950-60)

Desde o ano de 1957, quando Gana sai oficialmente da tutela inglesa,<sup>10</sup> e de forma ainda mais contundente depois de 1960, quando dezessete países se tornaram independentes na África,<sup>11</sup> a *Présence Africaine* concentrou-se em traçar as principais frentes do esforço de construção dos novos Estados que surgiam. Era preciso garantir que a independência política se estabelecesse de maneira sólida e definitiva. Nesse momento, a percepção de que grandes perigos rondavam os territórios africanos, mesmo após sua emancipação oficial, emerge como uma urgência.

No editorial do número 37 da revista, assinado coletivamente com a sigla PA, de 1961, intitulado “Notre avenir” (Nosso porvir), a pergunta era feita diretamente: “Que veut l’Afrique?” (O que a África quer?).<sup>12</sup> O texto descrevia os principais pontos de preocupação da *Présence Africaine* no pós-1960. Antes de qualquer conclusão sobre os caminhos a tomar, a publicação destacava que grande parte da África passava ainda pelo mal do colonialismo em suas diversas formas, mal que a conquista da liberdade política em grande parte dos países oeste-africanos não deveria mascarar:

[...] Angola, África do Sul, Congo, Quênia, Argélia.... Esses povos são a ponta da consciência africana. Eles exigem de todos nós uma solidariedade ativa. Eles nos impedirão de cochilar, vítimas de uma libertação fácil, ou das seduições ou pressões exercidas pelas ambições estran-

<sup>10</sup> A *Présence Africaine* publicou número especial sobre a independência de Gana em 1957. Nesse número 12 da revista, intitulado “Hier Gold Coast, Aujourd’hui Ghana” (Ontem Costa do Ouro, hoje Gana), o editorial “Freedom and Justice” (Liberdade e Justiça), com título em inglês em referência ao discurso de Kwame Nkrumah no dia da oficialização da independência do país oeste-africano, destacou o acontecimento como um marco dos novos tempos que se abriam para a história africana (*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 12, fevereiro-março 1957, p. 3). Todos os trechos citados aqui, dessa e de outras fontes, bem como de obras estrangeiras, do espanhol, francês e inglês, são de tradução da autora.

<sup>11</sup> Alto Volta (atualmente, Burkina Faso), Camarões, Chade, Costa do Marfim, Daomé (atualmente, Benim), Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Senegal, Somália e Togo.

<sup>12</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 37, 2º trimestre 1961, p. 3.

geiras. Essa África ensanguentada amadurece, no calor do combate, sua experiência política e cultural. Ela constrói os fundamentos da solidariedade africana. Ela prova, mais que qualquer um, quanto a unidade africana é um imperativo para nossa segurança.<sup>13</sup>

Segundo o argumento, em uma comparação com outras formas de rompimento do poder colonial, a via negociada e institucionalizada das liberações no Oeste africano de expressão francesa no final da década de 1950, espaço com o qual a revista possuía forte ligação, poderia levar a uma acomodação política. Esse posicionamento geraria uma cisão em relação ao restante da África, que lidava diretamente com conflitos armados naquele momento, como Argélia e Angola; com a continuidade da intervenção de ex-metrópoles, como no caso do Congo de Patrice Lumumba; ou com a manutenção de elites colonialistas e racistas mesmo diante da independência formal, como na África do Sul com a política do *apartheid*. Era preciso manter os laços da solidariedade africana e permanecer em busca do que o texto nomeia como “segurança”. O exemplo e a lição vinham dessa outra África que ainda se encontrava em plena luta, e os objetivos eram claros: “independência e unidade”.

Essa África que sangra está mobilizada, e a mobilização pelo mal-estar é uma escola de virtude política e cultural. Ela acelera a maturidade e funda a confiança em si mesma. Ela alerta e educa a consciência dos outros. Ela esvazia as estruturas sociais arcaicas e estéreis, e edifica os verdadeiros equilíbrios sociopolíticos na sociedade. Ela revela as justas relações entre comunidades humanas. Ela dinamiza e reaviva a fé e a inventividade culturais. Ela ensina os imperativos políticos de nossa segurança: independência e unidade.<sup>14</sup>

A luta deveria ser contra o “colonialismo econômico” que não sucumbia mesmo após o fim da dominação política oficial. A essa forma do regime seria possível também chamar de “neocolonialismo”. E a posição a ser tomada para superar mais esse obstáculo para o futuro do continente deveria partir da busca de soluções específicas para a situação econômica que a África dividia com o restante do Terceiro Mundo.

<sup>13</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 37, 2º trimestre 1961, p. 3.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 3.

É principalmente depois da independência política que notamos a natureza do colonialismo econômico (chamado, às vezes, de neocolonialismo) cuja natureza é a de se agarrar à manutenção da dominação do capitalismo ocidental sobre nossos países.

Isso quer dizer que nossa vocação é nos integrarmos ao bloco do Leste? [...]

Mas nós sabemos que se devêssemos recorrer ao socialismo, seria a um socialismo próprio ao Terceiro Mundo, nascido de nossas necessidades, de nossa experiência e expressado na linguagem de nossos povos e de nossa luta. Seria utópico e perigoso confiar cegamente nosso destino somente à experiência e à autoridade dos ocidentais do leste e do oeste. Pois toda grande potência (país que foi além de um limiar de equilíbrio com o Terceiro Mundo) desenvolve uma vocação colonialista de anexação dos fracos em prol de sua tática e de seus objetivos imediatos mais importantes.<sup>15</sup>

Antes de qualquer medida, o lugar do continente no mundo precisava ser entendido. De certa forma, a especificidade econômica africana era vivida também por uma ampla parte do globo e isso deveria ser usado para minimizar os efeitos de sua marginalização. A solidariedade com os países que compartilhavam as dificuldades políticas e o histórico de colonização em seus distintos momentos e facetas podia ser um meio de evitar a entrega desprevenida aos novos poderes em conflito. Não se alinhar a nenhuma das potências que simbolizavam e concentravam as polaridades internacionais durante a Guerra Fria era descrito como um lema diante da tendência colonialista que todas as grandes nações possuiriam quando em contato com suas congêneres menores e mais fracas política e economicamente. O “colonialismo econômico” era um perigo iminente.

Outro exemplo da pressão que esses temores exerciam sobre os conteúdos da *Présence Africaine* está no editorial do número 40, também assinado com a sigla PA, intitulado “Salut à l’Algérie indépendante” (Saudação à Argélia independente), publicado em 1962, em homenagem à independência da Argélia. Nesse caso, é notável o tom de apreensão mesmo diante da euforia da conquista. A ocasião era considerada uma vitória para todo o continente. O povo argelino deveria ser reconhecido

---

<sup>15</sup> PRÉSENCE Africaine, Paris, n. 37, 2º trimestre 1961, p. 4.



por sua própria libertação, mas não apenas, pois sua luta teria, “se não provocado, ao menos acelerado singularmente o ritmo da descolonização na África Negra”<sup>16</sup>. Segundo o texto, o evento deveria ser comemorado como mais um passo para a realização da “descolonização total da África, de Argel ao Cabo”<sup>17</sup>.

O pequeno artigo não deixava de apontar, porém, que a empreitada não estava terminada para a África. No pós-independência, a pauta do dia era a iminência do retorno de antigas formas de dominação e a fragilidade dos Estados unitários que nasciam:

Para nós, a partir de agora, é um novo dever que deve mobilizar nossas energias. Suprimir as sequelas e contrariar as ressurgências, desmascarar as metamorfoses e extirpar as sobrevivências. Em resumo, impedir que um neocolonialismo insidioso, que se torna cada vez mais perigoso na medida em que sua camuflagem é mais inteligente, suceda ao colonialismo abatido ou se transforme nele.

Esta é a tarefa. Completar a descolonização da África, primeiro geograficamente, mas também em outros campos. Lutar não somente em extensão, mas também em profundidade. Trabalhar pela descolonização integral, radical e definitiva.<sup>18</sup>

Essa passagem do texto apontava a força do entendimento de que o colonialismo não terminava com o reconhecimento da emancipação política. Após o fim de quase uma década de guerra entre França e Argélia, a *Présence Africaine* via a independência argelina como mais uma chance de atentar para os elementos que faziam o continente africano mais vulnerável diante da vontade de poder exterior, seja do Leste ou do Oeste.

Nos textos apresentados até aqui, o que se afirmava era que a libertação política não significava o rompimento automático com certas características que tornavam algumas partes do mundo mais suscetíveis à dominação. Quais eram essas características e como se relacionavam com a maneira como a *Présence Africaine* entendia o continente africano, suas dinâmicas internas, sua relação com o cenário internacional de ideias

<sup>16</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 40, 1º trimestre 1962, p. 3.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 4.

em movimento e imaginação de práticas políticas africanas e terceiro-mundistas, são as questões que permeiam este artigo.

## Neocolonialismo na *Présence Africaine*: a fragilidade das independências africanas

Como se vê, as renovadas versões que o colonialismo poderia assumir, mesmo depois das independências políticas, são muitas vezes trabalhadas na *Présence Africaine* durante a primeira metade da década de 1960. Uma primeira grande referência direta ao tema ocorre em 1961, no número 38, com o artigo “Le néo-colonialisme” (O neocolonialismo), assinado por Guy de Bosschère. O autor belga, descrito pela *Encyclopaedia Universalis* como “um terceiro-mundista engajado”<sup>19</sup>, dedicou-se no texto a definir o termo e o fenômeno histórico que ele designava. Segundo o artigo, uma utilização inadequada e sem rigor teria tornado o conceito vazio e era necessário reabilitar seus significados principais. O grande equívoco que De Bosschère procurava solucionar era o de encarar como neocolonialismo toda e qualquer forma de dominação perpetrada por agentes externos, inclusive pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Esses últimos, destacava o autor, não haviam praticado o colonialismo em sua forma “tradicional” na África, o que implicava a impossibilidade de serem culpados de tentar restaurar um poder colonial perdido. Para De Bosschère, portanto, o neocolonialismo na África seria uma prerrogativa reservada às antigas metrópoles europeias.

A etimologia nos ensina que se trata de um novo disfarce do colonialismo. O neocolonialismo, no interior desta perspectiva, representa, portanto, uma alteração da atitude tradicional do colonizador, uma modificação superficial de seu comportamento em relação ao colonizado ou ao ex-colonizado imposta pela preocupação de o sujeitar por outros meios, não menos eficazes, mas mais fluidos, de o manter cativo por meio de outras correntes geralmente mais sutis. O neocolonialismo é,

<sup>19</sup> *ENCYCLOPAEDIA Universalis*, Guy de Bosschère. Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/guy-de-bosschere/>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

pois, um fenômeno que só é verificável no caso do colonizador e em suas novas relações com o povo que ele colonizou anteriormente.<sup>20</sup>

A preocupação era qualificar de maneira específica as intervenções europeias, separando-as da ação de potências que haviam ganhado força e legitimidade internacionais principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, o termo imperialismo é usado no texto para diferenciar as intervenções dos Estados Unidos e da União Soviética das práticas colonialistas do século XIX. As intenções do imperialismo – definido como econômico, no caso estadunidense, e ideológico, no caso soviético – são consideradas resultado de outras configurações do espaço global e, portanto, estranhas ao conceito de neocolonialismo. No entanto, essa preocupação do autor belga parecia se afastar da interpretação lida normalmente nas páginas da *Présence Africaine*, como é perceptível pela nota que a edição da revista acrescenta ao texto ainda em suas primeiras páginas:

O autor visa, deliberadamente, a limitar o colonialismo à época da sujeição material dos povos africanos pelas potências europeias. Esse colonialismo tem fim, teoricamente, com o acesso de alguns povos africanos à soberania internacional.

Mas nem o autor, nem a direção da *Présence Africaine* perdem de vista que a África ainda está longe de se livrar dessa colonização, já que várias colônias ainda subsistem (sem contar essa colonização interior que constitui a África do Sul). Nós não nos esquecemos, tampouco, que uma forma nova de colonialismo pode nascer (ela já nasceu no Congo?) da irrupção dos EUA ou da URSS no “vazio” que deixa a conquista da independência por povos desprovidos de pessoal administrativo e político e, no entanto, possuidores de matérias-primas e de possibilidades estratégicas preciosas para a Guerra Fria. Pois a Guerra Fria, quando se apodera de nossos jovens e fracos organismos é levada a nos esmagar facilmente, já que seus imperativos, massivos e violentos, não são sensíveis a nossas aspirações originais, a nossas fragilidades específicas.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 38, 3º trimestre 1961, p. 61.

<sup>21</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 38, 3º trimestre 1961, p. 62.

No restante do texto, De Bosschère seguiu diagnosticando as maneiras pelas quais o neocolonialismo, sempre europeu, podia ser diferente de acordo com a potência que o praticava (França, Grã-Bretanha ou Bélgica)<sup>22</sup> ou com as motivações de seus defensores (idealista ou realista). Definindo seus traços gerais como parte de uma atitude paternalista com relação à África, o texto concentrou o olhar nas origens e nos perpetradores do neocolonialismo, desviando-se das especificidades que podiam tornar um país mais ou menos suscetível a sua manifestação. Para De Bosschère, o neocolonialismo nascia da certeza de que o continente africano precisava ou deveria ser tutelado a partir dos interesses europeus, certeza que não deixou de existir entre políticos e intelectuais na Europa, mesmo no pós-independência:

Pode-se ser neocolonialista por ideal ou por interesse. Mas o denominador comum do neocolonialismo, seja de ordem idealista seja interessado, é o paternalismo, produto específico da convicção inata de superioridade, consciente ou inconsciente, que determina todos os pensamentos e todos os atos do europeu branco.<sup>23</sup>

Ao contrário do tom geral do texto, porém, a nota acima citada propunha outra abordagem ao pensar o neocolonialismo e processos correlatos a partir do ponto de vista dos agentes não europeus. Em tal linha de raciocínio proposta pela edição, o centro da análise não é como se estabelece o desejo ou o interesse europeu de permanecer governando antigas colônias, mas o que abre caminho para a concretização dessa dominação de novo tipo no interior dos Estados independentes. Esses dois parágrafos tinham como foco esclarecer o posicionamento da revista e a aplicabilidade do texto à realidade africana. Surgiam quase como um lembrete ao leitor dos aspectos que seriam responsáveis pela fragilidade dos novos países: a falta de quadros administrativos e políticos levaria a um “vazio” de poder no imediato pós-independência. De forma geral,

<sup>22</sup> Não é demais lembrar que Portugal não é mencionado por De Bosschère devido ao fato de que o país, imerso no Estado Novo, apegou-se até a década de 1970 ao projeto de manutenção do domínio colonial direto sobre territórios africanos. O ano de 1961 marca inclusive o início dos embates bélicos diretos entre as forças colonialistas portuguesas e os movimentos de libertação africanos, com o começo dos conflitos em Angola.

<sup>23</sup> *PRÉSENCE Africaine, Op.cit.*, p. 68.

o pequeno adendo, uma nota de rodapé ao artigo, se debruçava sobre a África, ao contrário do corpo do texto.

Ao refletir sobre essa configuração formal pode-se inferir que publicar um texto em francês de um autor reconhecido sobre uma temática muitas vezes aludida nos programas da revista, discutida em seu aspecto acadêmico, muniu a edição de autoridade para adentrar um debate que extrapolava o seu âmbito, mas também exigiu alguma adaptação. Pode-se mesmo considerar que, como acontece com outros artigos e autores ao longo do tempo na *Présence Africaine*, havia chances de o material ser uma republicação de outros veículos de informação e precisar ser manejado para caber nos interesses do periódico.

Para fins argumentativos, ao considerar que, seja como uma ação neocolonialista ou como um novo tipo de imperialismo, a conjuntura permanecia desfavorável para os países africanos, a nota evidenciou o interesse principal da *Présence Africaine*: a perspectiva africana. A máxima de que países pequenos e em construção que possuíam matérias-primas e posições estratégicas importantes para os jogos de influência da Guerra Fria se tornavam alvos fáceis da ganância internacional vinha para inserir o artigo nos interesses da revista. A nota mudava sutilmente a amplitude dos argumentos levantados e impunha novos termos ao debate. Os olhares que o periódico lançava sobre o neocolonialismo deveriam estar voltados para a situação delicada nos Estados africanos, tanto diante de antigos quanto de novos poderes mundiais, indistintamente. Com a mudança de perspectiva, mudava-se também a possibilidade de lidar com o neocolonialismo. Se os gatilhos para seu acontecimento estão no interior dos territórios africanos, também estão dentro da África as chances de evitar que o paternalismo europeu se concretize em renovadas formas de poder. Ainda que a ideia central do artigo publicado não fosse essa, a ressalva editorial procurava garantir a manutenção do viés africano.

Dois aspectos apontados nessa nota trazem elementos importantes para entender a maneira como a *Présence Africaine* procurava expor o problema e torná-lo passível de ser solucionado dentro da África. O primeiro é o caso da República Democrática do Congo, antigo Congo Belga, instaurada em 1960, que foi usado como exemplo das pressões externas em um Estado africano com dificuldades de criar instituições e estruturas nacionais coesas. O segundo é a forma como a revista mobilizou

em suas explicações elementos que faziam parte das teorias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento criadas na América Latina no imediato pós-Segunda Guerra Mundial pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Esses pontos fortalecem os argumentos da *Présence Africaine* levantados em outros artigos do mesmo período e demonstram como a revista mobilizava e se apropriava, em suas temáticas, das experiências e das soluções que acreditava configurarem a vivência tanto em um conjunto pan-africano quanto terceiro-mundista.

O temor do neocolonialismo era imerso em uma narrativa sobre os países africanos que os inseria tanto em uma unidade continental quanto em um bloco global. Para além da narrativa, no entanto, os argumentos e conceitos mobilizados para esse fim davam mostras de como a *Présence Africaine* se inseria em redes de sentidos em movimento. No fim, a imaginação das vivências políticas, econômicas e sociais comuns, dentro e fora do continente africano, acabava por se materializar nas páginas da publicação.

A crise do Congo, que culminou no sequestro e assassinato do líder pan-africanista Patrice Lumumba, foi muitas vezes referida pela *Présence Africaine* como um acontecimento emblemático para entender o momento político do continente africano como um todo. Ao lado da guerra da Argélia, dos conflitos anticolonialistas angolanos, iniciados em 1961, e do segregacionismo causado pelo *apartheid* na África do Sul, os acontecimentos no Congo eram listados como uma dimensão dos obstáculos que rondavam a efetiva africanização do continente. A maneira como a revista procurava pensar a África e imaginar saídas políticas continentais ficava evidente na mobilização desses casos específicos como sintomas de uma situação compartilhada. É lícito conceber, lembrando do editorial “Notre avenir” do número 37, também de 1961, citado no início deste artigo, que essa “África que sangrava” apenas lidava diretamente com problemas que atingiam também, embora por vezes de maneira silenciosa, regiões com configurações políticas diferentes, como o Oeste africano e suas independências negociadas. A unidade africana era palpável para aqueles que organizavam os conteúdos da revista e o argumento do neocolonialismo emergia como um mal de dimensões continentais. Para além disso, a referência a esses males como resultado de um fenômeno global em que potências, mesmo polarizadas, agiam de

forma muito semelhante quando diante de países considerados frágeis e vulneráveis sugere, como par binário dessa divisão mundial, que a África era também parte de uma região mais ampla, com a qual compartilhava uma posição semelhante nessa ordem global cindida.

## Ideias políticas em movimento no espaço

No editorial do número 41, publicado em 1962, intitulado “À propos du néo-colonialisme” (Sobre o neocolonialismo), exemplos de todo o continente são expostos como uma forma de “atrair a atenção para a inquietante e vasta conjuração que, sob formas diversas, tanto brutais quanto insidiosas, tende a recolocar a África sob a dominação do Ocidente”<sup>24</sup>. Esse movimento massivo seria representado por diferentes estratégias, da dominação interna por elites brancas e de discurso colonialista – como na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e na África do Sul – ao auxílio externo de potências mundiais que mascararia o verdadeiro objetivo de manter a ingerência em territórios já oficialmente soberanos:

Nós falamos dos partidários do neofascismo, dentre os quais os mais representativos estão agrupados no seio da OAS (Organisation de l’armée secrète - Organização do Exército Secreto), na Argélia, agrupamentos similares no Quênia, do lobby do Katanga e dos governantes racistas da Rodésia e da África do Sul. Do Norte ao Sul da África, essas minorias de brancos racistas e extremistas estão solidamente implantadas e mantêm entre si estreitas relações. [...] eles não podem reconhecer, em consequência, a noção de autodeterminação ou de independência quando elas se aplicam às populações autóctones africanas [...].

A outra expressão do neocolonialismo é mais nuançada, mais insidiosa. Essa outra forma de neocolonialismo é praticada pelo mesmo Ocidente que tolera, apesar de não apoiar abertamente, os atos da OAS, do lobby do Katanga, dos racistas da Rodésia e da África do Sul, para dar a impressão, parece, de que ele joga nos dois campos. Mas os métodos aqui são muito diferentes. O direito dos povos, antes assujeitados, de dispor de si mesmos é oficialmente reconhecido. Uma ajuda importan-

<sup>24</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 41, 2º trimestre 1962, p. 3.

te é consentida aos novos governos africanos. Mas é precisamente por intermédio dessa ajuda que o Ocidente espera reafirmar suas posições na África e recuperar suas vantagens. Porque o cálculo profundo desse neocolonialismo (deixando claro que, em caso de fracasso, o recurso à primeira fórmula será sempre possível) é permitir ao Ocidente governar os novos Estados africanos por meio de pessoas interpostas, isto é, por meio de dirigentes autóctones a serviço dos interesses ocidentais. Significa que a África deve se mostrar, mais do que nunca, vigilante e não adormecer na euforia da independência concedida.<sup>25</sup>

Em complementaridade com os acontecimentos africanos emblemáticos, o segundo modo de neocolonialismo destacado no trecho acima, referente à intervenção externa, integrava um conjunto de temáticas trabalhado de forma exaustiva na *Présence Africaine* desde o final da década de 1950. A situação interna de fragilidade na África vinha relacionada com uma interpretação geral do fenômeno do subdesenvolvimento, um dos significados que investiram de sentido o termo Terceiro Mundo. Assim como na nota retirada do número 38, o diagnóstico sobre os perigos de aceitar ajuda técnica e econômica externa para a independência dos Estados africanos presente no número 41 insere o caso africano em um campo de representações e práticas ainda mais largo.

A argumentação retirada de teorias sobre o desenvolvimento em países do Terceiro Mundo está apenas indicada nos artigos trabalhados até aqui. Na nota, a descrição da vulnerabilidade ao neocolonialismo como um efeito da junção entre um país ex-colonizado com grandes reservas de matéria-prima e a falta de uma efetiva planificação de seu uso e beneficiamento interno feita por um Estado forte é um indício do diálogo que se quer destacar neste artigo. A teorização feita a partir da década de 1940 por economistas como o argentino Raúl Prebisch e o restante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU criado em Santiago, Chile,<sup>26</sup> encontra-se mais ou menos identificável. Entende-se que o argumento, embora diluído, do temor da manutenção da

<sup>25</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 41, 2º trimestre 1962, pp. 3-4.

<sup>26</sup> COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1(29), pp. 45-64, abril 2007; COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41), pp. 21-34, 2001.



dependência gerada por uma economia interna sem domínio tecnológico e, portanto, refém da indústria de outros países corrobora a hipótese de que os significados do subdesenvolvimento e sua relação com a condição histórica do colonialismo estavam tão difundidos a ponto de integrarem o vocabulário da *Présence Africaine* sem maiores esclarecimentos ou referências.

Esses textos não se remetem diretamente às teorias do desenvolvimento, mas fazem uso de uma linguagem que aponta para sua apropriação. Isso se torna ainda mais evidente quando esses artigos são considerados como parte de um todo que caracteriza a leitura econômica do continente africano difundida pela *Présence Africaine* entre fins da década de 1950 e a década de 1960. Assim como no caso das Relações Internacionais, as interpretações sobre a experiência e o futuro econômicos da África, presentes em vários textos publicados na revista nesses anos, reafirmam ideias que estavam em trânsito e que davam sentido e forma à noção de Terceiro Mundo. A *Présence Africaine* era um ponto de inflexão, de construção e de apropriação em um fluxo pelo qual eram transportados conceitos, vocabulários, formas de ação, problemas e soluções.

O pesquisador Eduardo Devés Valdés, em artigo intitulado “La circulación de ideas en el mundo periférico: algunas presencias, influencias y reelaboraciones del pensamiento latino-americano en África”, de 2003, trabalha com essa circulação de ideias para além dos espaços considerados tradicionalmente como produtores e difusores de conhecimento. Segundo Valdés,

A circulação do pensamento da América Latina à África seguiu principalmente três caminhos. O mais direto foi pela relação de latino-americanos com africanos, dentro ou fora da África; o segundo, mais indireto, foi a transmissão das ideias por meio dos autores caribenhos anglófonos, que tiveram um contato privilegiado com os cientistas econômicos e sociais africanos; o terceiro foi realizado pelos estudiosos dos países desenvolvidos (especialmente Estados Unidos ou Inglaterra, mas também França, Bélgica, Canadá, Holanda e outros) que transmitem essas ideias aos africanos que acolhem em seus centros de estudo ou mesmo em visitas ou publicações feitas na África.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> VALDÉS, Eduardo Devés. La circulación de ideas en el mundo periférico: algunas presencias, influencias y reelaboraciones del pensamiento latinoamericano en África,

Em um cenário de transmissão, trânsito e apropriação, a teoria do desenvolvimento criada pela CEPAL a partir de 1948 e ao longo da década de 1950 seria, para Valdés, o principal tema a congregar a América Latina e a África. Vários dos conceitos criados e adaptados pelos economistas latino-americanos teriam sido utilizados, modificados e adaptados à realidade africana, pois

[...] a escola de pensamento latino-americano que mais presença, influência e reelaboração teve na África é a cepalino-dependetista [...] que serviu tanto para pensar a africanização das ciências econômico-sociais como para pensar alternativas a um projeto modernizador que estava sendo implementado nos anos 1950 e 1960.<sup>28</sup>

Sobre as relações diretas entre a teoria cepalina e o pensamento econômico africano durante as décadas de 1960 e 1970, Valdés aponta que a primeira referência teria sido feita por Samir Amin, diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e de Planificação (IDEP), fundado em Dakar sob os auspícios da ONU. Amin, por sua vez, afirmou ter tido os primeiros contatos com a noção de subdesenvolvimento durante a década de 1950 “por meio dos primeiros escritos da nascente CEPAL, sob impulso de Raúl Prebisch”<sup>29</sup>. O economista declarava ainda ter procurado dirigir o IDEP como um “lugar de debates pan-africanos, com ênfase na economia política da dependência”<sup>30</sup>, com intenção de “tirar a África do isolamento neocolonial”<sup>31</sup>. Essas frases dão mostra da durabilidade do argumento da iminência do neocolonialismo e do peso que ele teve na política econômica oficial em vários dos Estados africanos.

Para completar seu relato, Samir Amin ainda destacava que o IDEP sob sua chefia organizou encontros com economistas latino-americanos, em 1972, e asiáticos, em 1974, nos quais os problemas e soluções para as experiências de subdesenvolvimento africanas, americanas e asiáticas foram discutidos de forma conjunta. A percepção do compartilhamento

---

Anos 90, Porto Alegre, n. 18, pp. 88-98, dezembro 2003, p. 88.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>29</sup> AMIN *apud Ibidem*, pp. 93-4.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 94.

de uma situação política, econômica e histórica tanto continental quanto global permaneceu para esse intelectual, que havia se formado na década de 1950, como inspiração central para entender sua atividade e fomentar possibilidades para a África na década de 1970.

O texto de Valdés traz à tona a circulação de ideias existente na década de 1950 e comprova a relevância que os conceitos e narrativas que nela transitaram tiveram para intelectuais e políticos que a acessaram e dela se apropriaram. Como revista de divulgação e fomento do cenário intelectual africano, a *Présence Africaine* é destacada neste artigo como um palco privilegiado para mapear os sentidos e os entendimentos que congregavam americanos, africanos e asiáticos nesse período.

Cabe apontar aqui, inclusive, que essas ligações levavam a contribuições diretas e indiretas de autores americanos e asiáticos, bem como europeus, no periódico. Destaca-se, nesse sentido, por exemplo, o dossiê “Le préjugé de couleur au Brésil” (O preconceito de cor no Brasil), publicado no número 53, de 1965, com textos de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Além disso, Florestan Fernandes é publicado, em inglês, com o artigo “Immigration and Race Relations in São Paulo” (Imigração e relações raciais em São Paulo), no número 61, de 1967. Em carta encontrada no fundo da Communauté Africaine de Culture, no Institut Mémoire de l’Édition Contemporaine (IMEC), as redes que integravam a produção sobre relações raciais no Brasil e a *Présence Africaine* podem ser mapeadas como resultado da ação de Roger Bastide, antropólogo francês residente no Brasil. No documento sem data e sem destinatário, Bastide, que havia feito as traduções dos artigos de Ianni e Cardoso para o dossiê de 1965, explica o interesse em publicar sobre outro caso, que não seja o africano, na *Présence Africaine*:

Certamente, o texto excede o tópico das relações africanas [ilegível]. Mas o interesse do trabalho, que pode ser discutido, está no contexto do marxismo, de inserir as relações entre negros e brancos em um esquema geral, aplicável a todas as “minorias” étnicas da América. Se você ainda não publicou o texto de Henrique Cardoso que eu traduzi anteriormente, os dois textos poderiam aparecer no mesmo núme-

ro, como parte de uma espécie de prévia do número sobre o Brasil que você planeja.<sup>32</sup>

A partir dessa carta, é possível ver em funcionamento as redes intelectuais que conectavam as publicações da *Présence Africaine*. As interpretações de Ianni e Cardoso deveriam ser consideradas, segundo Bastide, teorizações gerais sobre as desigualdades raciais na América, por meio do paradigma marxista. Dessa forma, pode-se entender que complementavam a contento os interesses da *Présence Africaine* em representar um ponto de inflexão nas questões raciais na diáspora e, de forma mais ampla, no Terceiro Mundo. Interesses dos quais Bastide se mostrava ciente.

Não por acaso, no final dos anos 1950, o periódico lançou alguns dos primeiros textos sobre a teoria do desenvolvimento aplicada ao continente africano. Para aprofundar a potência interpretativa que ideias como a de subdesenvolvimento e dependência econômica, bem como a certeza de integrar um conjunto de países entendido como o Terceiro Mundo, já possuíam no interior da revista nesse momento, cabe retornar ao ano de 1958, quando foi publicado o dossiê “Le sous-développement” (O subdesenvolvimento), no número 21. Talvez se trate aqui de uma das primeiras manifestações contundentes dos interesses da *Présence Africaine* na discussão de temas relacionados à formação e à manutenção dos novos Estados africanos, sugestivamente publicada depois de 1957, quando Gana havia se tornado independente.

Nessa ocasião, o editorial, intitulado “Notre dossier” (Nosso dossiê), destaca pontos que seriam mais tarde traçados por Samir Amin como instigadores da linha de atuação do IDEP e das origens da construção de um pensamento econômico africano e voltado para a África. O texto se concentrava em afirmar a originalidade de escritos econômicos que se voltam para o subdesenvolvimento, em detrimento das questões próprias aos países ricos. Segundo o pequeno artigo, o crescimento da importância dos chamados “povos de Bandung” (*peuples de Bandoeng*) teria fundamentado a necessidade de repensar a própria economia: “O

<sup>32</sup> BASTIDE, Roger. [Correspondência]. Arquivo do Institut Mémoire de l'Édition Contemporaine (IMEC). Fundo Communauté Africaine de Culture, caixa CAC 32. 1 e 2: Allocutions, hommages, entretiens (1967-2000), s/d.

problema do subdesenvolvimento, começa-se a concordar na Europa, é sem dúvida o mais importante de meados do século XX, porque a emergência à superfície da história dos povos de Bandung é o grande evento de nossa época”<sup>33</sup>.

Embora a América Latina não fosse citada e a Conferência de Bandung tenha sido de formação somente africana e asiática, é importante ressaltar como o subdesenvolvimento e a grande mudança que ele significava na perspectiva das ciências econômicas eram relacionados com a emergência política de países fora do eixo europeu ou ocidental. A citação desse evento é ainda mais relevante por demonstrar como a *Présence Africaine* entendia a sua forma de pensar o futuro africano de maneira integrada com movimentos de solidariedade internacional e com o fortalecimento da linguagem das Relações Internacionais. Bandung surge como um poderoso fator de inflexão do discurso e das práticas intelectuais conforme elas são pensadas no periódico.

Ainda no mesmo editorial, nota-se que, assim como para Samir Amin nos trechos acima citados, se destacava, no dossiê de 1958, a relevância da autoconsciência crescente, entre os países subdesenvolvidos, de sua existência e de sua participação em uma experiência histórica semelhante e unificadora. Ao se verem como parte de um grupo específico e externo ao Ocidente, esses países inauguravam possibilidades renovadas de aliança e visavam à criação de um universalismo real e inclusivo, não mais limitado por formas de saber restritivas e excludentes:

A classe alta econômica das nações, na sociedade mundial, exerce sobre a maior parte da humanidade (a outra classe) um efeito de pauperização progressiva incontestável. Se o pensamento econômico do Ocidente ainda não levou essa verdade em consideração, é porque ele tendia a entender como características de seu universalismo aquilo que, na verdade, é a racionalização de seus próprios interesses. Da mesma forma, a questão do subdesenvolvimento desconcerta a economia tradicional: esta última quase nunca está equipada para abordar esses problemas com o máximo de objetividade. Um estudo sobre o comércio internacional, o mais extenso que fosse, não conseguia explicar muito, em termos de causalidade, como as desigualdades econômicas surgiram – menos ainda como elas têm tendência de crescer

<sup>33</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958, p. 3.

irresistivelmente e em detrimento dos povos subdesenvolvidos. Porque o pensamento econômico havia recuado diante do subdesenvolvimento e estava confinado ao universo limitado de um Ocidente privilegiado, ele tinha sido levado a secretar noções duvidosas e a descartar outras que teriam sido mais fecundas.<sup>34</sup>

A *Présence Africaine* se declarava, então, parte de um movimento que contestava as teorias ocidentais sobre a economia que desconsideravam a diversidade das experiências humanas. Mais do que isso, classificava o conhecimento construído sobre o subdesenvolvimento como uma perturbação do pretenso monopólio ocidental referente a essa parte da vida humana. O que se promovia era o aumento do leque de condições e de experiências consideradas relevantes para pensar os sistemas econômicos e suas aplicabilidades. Isso se relacionava no texto com o aumento da importância política dos países fora do centro, mas, para além disso, representava um processo a partir do qual uma parcela antes excluída se fazia ouvir.

O subdesenvolvimento preenchia, portanto, os objetivos que a *Présence Africaine* preconizava para o fazer intelectual africano. Tratava-se de uma crítica ao universalismo europeu - visto como uma espécie de regionalismo com poder suficiente para se impor como prática e como ideia - que, segundo o texto, vinha à tona graças ao movimento de retomada do diálogo internacional e ressaltava a forma como os povos fora do Ocidente procuravam se tornar responsáveis por seu próprio destino. Por todos esses fatores, tratava-se de uma temática sobre a qual a revista deveria se debruçar longamente:

Nós retornaremos muitas vezes a esse fenômeno massivo de nosso tempo, que é o subdesenvolvimento. Nossos próprios leitores nos obrigarão. E opiniões variadas se expressarão sobre soluções. O que é certo é que os povos subdesenvolvidos, por serem os proletários do mundo, por conhecerem melhor que ninguém o sabor do sofrimento, por serem muito numerosos para serem exterminados, terão, na criação das novas estruturas econômicas do mundo, um papel proporcional à gravidade de seus riscos e de seus sacrifícios ao longo da história.

---

<sup>34</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958, p. 3.

O universalismo do pensamento econômico só será autêntico se inspirado e nutrido pela participação livremente criativa dos povos subdesenvolvidos em sua elaboração, em sua expressão e em sua difusão.<sup>35</sup>

Esse aviso direto de que o assunto seguiria sendo abordado na *Présence Africaine*, que termina afirmando a necessidade de uma participação criativa dos “povos subdesenvolvidos” na “elaboração”, na “expressão” e na “difusão” do pensamento econômico, esclarece qualquer dúvida sobre a adoção na revista de uma perspectiva desenvolvimentista e a sua ligação com um projeto crítico epistemológico/intelectual. A *Présence Africaine* via o tema como parte da integração da instituição em um todo além do continente africano, um todo que compartilhava uma história de dominação e subalternidade. Era um conteúdo que simbolizava a existência de um novo campo, não ocidental, de troca de ideias, conceitos e soluções práticas para o futuro.

No dossiê introduzido por esse editorial figuram os artigos de economistas e sociólogos franceses, como François Perroux, Charles Bettelheim e Louis-Joseph Lebreton, que inauguraram a história do desenvolvimentismo na França. Segundo o artigo de Jean Copans, “L’Afrique noire comme paradigme fondateur des sciences sociales françaises et francophones du développement, 1920-2010” (A África negra como paradigma fundacional das Ciências Sociais do Desenvolvimento francesas e francófonas, 1920-2010), de 2011, esse campo das ciências sociais francesas cresceu de maneira profundamente imbricada com a história dos territórios africanos de colonização francesa.

Em grande parte, a escola francesa do desenvolvimento teria crescido como uma resposta às crises surgidas no pós-Segunda Guerra Mundial que portavam em si “as premissas de uma visão de um novo mundo, seja ele católico ou comunista, técnico ou cultural, coletivo ou psicológico”<sup>36</sup>. É importante notar, no entanto, que esses autores possuíam grande diálogo com a CEPAL e acabavam por divulgar suas ideias. Conceitos-chave dessa corrente, como a importância da industrialização

<sup>35</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958, p. 4.

<sup>36</sup> COPANS, Jean. L’Afrique Noire comme paradigme fondateur des Sciences Sociales françaises et francophones du développement (1920-2010), *Ethnologie française*, v. 41, pp. 405-14, 2011, p. 408.

diversificada e o papel necessário da planificação estatal para retirar os países subdesenvolvidos da condição de dominação,<sup>37</sup> eram reiterados pelos franceses em questão. Como destaca Copans, alguns deles foram inclusive chamados a integrar os primeiros esforços em prol de políticas econômicas em países oeste-africanos de expressão francesa, à medida que estes se tornavam autônomos e independentes:

Viagens à África negra, viagens à América Latina e, evidentemente, reações caridosas e militantes diante dos “eventos” argelinos vão impulsionar esses responsáveis religiosos, esses pensadores e suas comunidades ou associações a estarem também presentes nesses terrenos e a expressarem sua vontade de intervenção sob a forma de programas de desenvolvimento. O economista François Perroux, o primeiro economista francês a se debruçar teoricamente sobre o desenvolvimento, faz parte dessa nebulosa. A aceleração da descolonização africana vai criar a ocasião para alguns desses ativistas de se engajar ainda mais concretamente: assim, o Instituto de pesquisas e de aplicação de métodos do desenvolvimento (IRAM), criado [...] em 1957, vai se tornar uma sociedade de estudos que apoia um desenvolvimento de ação e de mobilização. Na mesma época, em 1958, Louis-Joseph Lebreton foi recrutado por Mamadou Dia e Léopold Sédar Senghor para pensar e elaborar o primeiro Plano de Desenvolvimento do Senegal.<sup>38</sup>

Os escritos produzidos sob a égide da CEPAL eram também fortemente caracterizados pelo empirismo, embora motivados não por viagens ao exterior, mas pela vivência no interior dos próprios países latino-americanos. Essa característica tornou a tradição ainda mais relevante no cenário político de então. Além disso, constituía um discurso voltado para a ação intelectual com vistas à aplicação social imediata. De certa forma, as ideias sobre o subdesenvolvimento emergiram da percepção de desigualdades e dependências econômicas vigentes e da busca de soluções

<sup>37</sup> COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1(29), pp. 45-64, abril 2007; COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.

<sup>38</sup> COPANS, Jean. L'Afrique Noire comme paradigme fondateur des Sciences Sociales françaises et francophones du développement (1920-2010), *Ethnologie française*, v. 41, pp. 405-14, 2011, p. 409.



para contorná-las, e talvez por isso tenham sido plásticas o suficiente para se adequar às realidades africanas e asiáticas. Esse elemento constitutivo facilita a compreensão da maneira como o texto “Notre dossier” o qualifica: um pensamento externo ao e interpelador do universalismo ocidental.

Tratou-se de uma tradição de pensamento ligada à construção de teorias que se adequassem à experiência vivida nos Estados da América Latina e a suas vicissitudes econômicas, bem como aos caminhos da ordem mundial. A planificação e a busca por um Estado forte e interventor na economia, como o que a *Présence Africaine* defende nos textos que abrem este artigo, são noções que se tornam cada vez mais familiares desde a década de 1930. Para os países identificados como objetos centrais da CEPAL, ou seja, com a produção interna voltada principalmente para o setor primário, de extração e venda de matérias-primas e sem um forte processo de industrialização,<sup>39</sup> a Segunda Guerra Mundial vai ser um momento crucial devido à diminuição da oferta vinda dos países industrializados, muitos dos quais se encontravam em esforço de guerra. Como atentam os economistas Carlos Pinkusfeld Bastos e Gustavo Britto, na introdução à reedição brasileira de 2010 do livro *A economia do subdesenvolvimento*, organizado por A. N. Agarwala e S. P. Singh ainda na década de 1950:

Na década de 1930 rompe-se definitivamente o padrão de comércio internacional que, supostamente, estava na base da ordem liberal. Surge, então, uma estrutura de comércio autárquica, marcada pelo nascimento de blocos de países, e a ideia de um Estado mínimo é substituída pela de um Estado ativo e interventor, com o abandono paulatino da obsessão por “finanças saudáveis”, ou seja, equilíbrio orçamentário. As experiências de intervenção são múltiplas, desde a social-democracia escandinava ao nacional-socialismo alemão, passando pelo New Deal americano e pelo período varguista no Brasil. Particularmente no caso dos países primário-exportadores, como o Brasil, a paralisia dos sistemas comerciais e financeiros internacionais e, conseqüentemente, a ruptura forçada da inserção econômica anterior incentivam novos grupos sociais e políticos ligados à produção industrial para o mercado

<sup>39</sup> COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1(29), pp. 45-64, abril 2007; COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.

interno, que terão grande relevância na aplicação e difusão das ideias desenvolvimentistas.<sup>40</sup>

Essa conjuntura histórica específica foi um gatilho para o surgimento, no final da década de 1940 e ao longo dos anos 1950, de uma série de textos e investigações destinados a descrever os aspectos da dependência econômica internacional e a traçar metas e projetos para minimizar as desigualdades entre países do *centro* e da *periferia* de um *sistema-mundo*, conceitos em construção no período. O resultado foi um conjunto mais ou menos heterogêneo de escritos que traziam como pano de fundo a ideia de que países com o setor primário-exportador dominante e sem uma indústria forte e diversificada se tornavam incapazes de absorver toda a mão de obra e de promover o crescimento estruturado dos salários.<sup>41</sup>

Além da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, outro relevante precedente histórico para as críticas que o liberalismo clássico recebeu na primeira metade do século XX foi o resultado da reestruturação da economia russa após a Revolução de 1917. A Rússia construiu um forte setor industrial e alcançou o pleno emprego, a partir de uma sociedade praticamente rural, em poucas décadas.

Pode-se considerar, portanto, que o conceito de desenvolvimento econômico surge de uma nova forma de entender o compromisso do crescimento econômico. Mais do que garantir uma participação em transações comerciais internacionais, uma economia nacional bem-sucedida precisava pensar no aumento da renda *per capita* e do bem-estar para sua população.

No artigo de Charles Bettelheim, “Planification et croissance économique” (Planejamento e crescimento econômico), publicado no

<sup>40</sup> BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Carlos. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 10.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 11. Segundo o pesquisador Renato Perim Colistete, esses elementos constituem o núcleo duro da teoria cepalina, embora esta última envolva uma considerável multiplicidade de argumentos e não tenha sido marcada por um esforço de sintetização e homogeneização. (COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001, cit. p. 23).

dossiê “Le sous-developpment” (O subdesenvolvimento), de 1958, muitos desses argumentos são elencados. Em sua exposição sobre o que seria um país subdesenvolvido, por exemplo, Bettelheim afirma preferir o termo “países fracamente industrializados” (*pays faiblement industrialisés*) ou “subindustrializados” (*sous-industrialisés*) para denominar os objetos de sua explanação.<sup>42</sup> Segundo o autor, existia, portanto, uma total equivalência entre um Estado subdesenvolvido e um “subindustrializado”. Em todo o texto, a industrialização e a diversificação das importações se destacavam como o divisor de águas para o desenvolvimento:

Um país essencialmente exportador de matérias-primas ou de produtos brutos e importador de produtos beneficiados é, em regra, um país economicamente dependente e com baixo nível de vida. Internamente, esse tipo de país é geralmente um país monoprodutor e monocultor ou, ao menos, fornecedor de um número restrito de produtos destinados ao autoconsumo. É assim que a Índia tem comércio essencialmente centrado no chá e na juta e que, da mesma forma, devido a uma política econômica habilidosa do capital norte-americano, a maior parte dos países da América Latina tem um comércio baseado em um ou dois produtos agrícolas ou minerais, tais como o açúcar, a banana, o café, o estanho, o couro etc.<sup>43</sup>

Uma importante diferenciação do artigo com relação à teoria cepalina é a importância dada à experiência do colonialismo, muito mais recente no caso africano, que é a maior referência no caso de Bettelheim. Nesse sentido, a dependência política emerge com mais força como um dos elementos a considerar para o entendimento de quais obstáculos um país subdesenvolvido encontra para elevar as condições de vida de seus habitantes. Como um impeditivo do desenvolvimento industrial interno, essa seria uma questão primordial. “A dependência política constitui, evidentemente, um obstáculo que a planificação não pode descartar e que torna ilusória toda tentativa de planificação feita em tais condições.”<sup>44</sup> Mesmo com a independência política conquistada, porém, os elementos da dominação estrangeira não eram automaticamente revertidos e exigiam a ação de um Estado planejador e forte:

<sup>42</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958, p. 23.

<sup>43</sup> *Ibidem*, pp. 25-6.

<sup>44</sup> *PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958, p. 25.

Como estamos diante de uma dependência principalmente comercial, é evidente que um dos objetivos primordiais da planificação econômica deverá ser eliminar progressivamente esse obstáculo mediante a diversificação da produção e da industrialização.<sup>45</sup>

Como se vê pelos exemplos da Índia e da América Latina mencionados acima, e apesar de nuances, os mesmos pontos elencados para definir as vulnerabilidades dos novos países africanos serviam para inseri-los em um conjunto maior de Estados que compartilhavam mazelas e projetos para o futuro. A ideia de Terceiro Mundo era muitas vezes usada para nomear esse grupo e aludir à solidariedade engendrada pela situação semelhante.

A afirmação de experiências compartilhadas no passado, no presente e no futuro deste grupo heterogêneo de países distribuídos pelo globo fundamentava as bases que configuravam, como queria o editorial do número 21 da *Présence Africaine*, as teorias ligadas ao subdesenvolvimento e ao neocolonialismo, levantadas de maneira definitiva pela CEPAL, como um arcabouço de conceitos e de ideias que rompiam um pretensão universalismo europeu. Dessa forma, esses sentidos em trânsito no contexto das décadas de 1950 e de 1960 implicavam também um projeto de visibilização das assimetrias que permeavam a geopolítica da produção de conhecimento. Nesse sentido, não se pode perder de vista a centralidade do intelectual como agente de mudança política, cultural e social no interior da *Présence Africaine*. Ao considerar o protagonismo intelectual, por fim, cabe também apontar os desdobramentos das ideias de ruptura de um universalismo regional europeu para além das décadas aqui enfocadas.

## Ideias políticas no fluxo do tempo

Ainda ressaltando a existência de um fluxo de ideias, cabe chamar a atenção também para a fortuna crítica e os desdobramentos de afirmações como as lidas acima no interior das Ciências Humanas e da Filosofia ao longo do século XX. Ideias em trânsito no espaço e, de certa forma, também

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 27.

no tempo. O pensamento pós-colonial e algumas tradições que o cruzam, tangenciam ou complexificam na segunda metade do século XX, como o Grupo de Estudos sobre a Subalternidade do Sul da Ásia, as análises a partir dos conceitos de Colonialidade/Descolonialidade e as ideias em torno das Epistemologias do Sul<sup>46</sup>, trazem elementos semelhantes aos acima citados para pensar o lugar do conhecimento no interior da modernidade europeia e como ele se relaciona com as formas em que o poder se organiza e cria mecanismos para se proteger.

Esses pontos de proximidade não autorizam a inserção prévia e anacrônica das fontes das décadas de 1950 e 1960 em moldes posteriores. Apesar disso, seria inoportuno não mencionar a visível ponte entre esses pensamentos, que, pode-se imaginar, envolve também uma ponte entre as diferentes temporalidades e as diversas formas de representação do papel do intelectual não ocidental inserido no mercado editorial e nas universidades europeias como ator investido de autoridade para questionar o pensamento ocidental ao longo do século XX. Esses tópicos comuns talvez tornem plausível pensar em releituras posteriores dos temas, das ideias e dos autores aqui trabalhados ou de seus contemporâneos.

Em seu texto “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”, publicado no Brasil em 2017, por exemplo, Walter D. Mignolo trabalha os conceitos de “colonialidade” e de “descolonialidade”<sup>47</sup> em diálogo direto com a obra de Aníbal Quijano, iniciada durante a década de 1990 a partir de análises sobre a forma como se organiza o poder nas sociedades latino-americanas. Segundo o autor, ao lado da modernidade, valorizada e enaltecida como símbolo de superioridade do mundo ocidental, vem a colonialidade, seu lado oculto. As duas denominações comporiam aspectos imbricados de um mesmo cenário, além de fazer referência a acontecimentos e períodos históricos delimitados: “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização

<sup>46</sup> Ver SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

<sup>47</sup> No caso do artigo citado, o termo ainda é grafado como “descolonialidade”, mas acaba se estabelecendo como “decolonialidade” em traduções e trabalhos posteriores escritos no Brasil. Optei por utilizar a grafia mais recente no restante do texto.

ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”<sup>48</sup>.

Para Mignolo, a colonialidade constitui uma marca da maneira como a modernidade se constrói, a partir da história dos colonialismos europeus no século XVI, assim como do escravismo moderno, por meio da violência física e simbólica. Essa colonialidade, porém, é uma dimensão obscura da empresa da modernidade, que procura se legitimar e se perenizar por meio de sua autoglorificação de justificativa teológica, em um primeiro momento, e científica, a partir do século XVIII. Seu poder simbólico vem de esquemas constituídos que ligam o poder material e econômico a um monopólio do conhecimento legitimado, o que implica a exclusão e o silenciamento de formas alternativas de conceber a relação do homem com o mundo e com outros homens. Essa postura forja um estado de coisas que minimiza as chances de resistência, por meio da formação de uma hegemonia cultural que age desmontando as estruturas concorrentes.

A atitude contrária, de desmantelamento e de desnaturalização da hegemonia das narrativas ocidentais e a consequente exposição da arbitrariedade do monopólio ocidental sobre as formas legítimas de conceber o saber e sua enunciação, é o que Mignolo, endossando Quijano, nomeia como um ato de decolonialidade. A própria análise da colonialidade do poder como tônica oculta das relações, da fabricação e dos processos constitutivos da modernidade seria um passo da decolonialidade ao descortinar opressões e violências veladas.

Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo, se materializou nas conferências de Bandung e dos países não alinhados.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho 2017, p. 2.

<sup>49</sup> MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho 2017, p. 2.

Como pensador latino-americano, na interseção com outras críticas epistemológicas, como a teoria pós-colonial, é muito relevante que Mignolo destaque a conferência de Bandung e a ação dos países não alinhados, durante a década de 1950, como momento em que se materializa a decolonialidade, ainda que a América Latina não tenha participado do evento. Vê-se como tanto a conferência de Bandung quanto sua repercussão política continuam a ser ressignificados em novos contextos de crítica ao universalismo ocidental e suas restrições.

De resto, considerar diversos discursos e práticas, desde o século XVI até os dias de hoje, como parte de um mesmo modelo de ação e de oposição a uma mesma estrutura de dominação pode ser restritivo para os estudos históricos ao perder de vista as particularidades de temporalidades e espacialidades. Os muitos começos, emergências e rupturas podem ser perdidos se se consideram somente as permanências em uma dimensão macro, o que Mignolo inclusive pondera e procura matizar por meio da variação focal entre local e global.

Seja como for, a escolha do momento que o autor delineia como “materialização” da decolonialidade descortina ligações concretas entre o período trabalhado neste artigo e as décadas em que o pós-colonial, bem como as teorias sobre colonialidade/decolonialidade e até a mais tardia busca por “epistemologias do sul”, foi gestado. A reivindicação de filiação aos movimentos da década de 1950 feita por Mignolo aponta a ampla relevância e a novidade que os debates desenvolvidos por intelectuais e movimentos anticoloniais, terceiro-mundistas, representam no século XX.

A linha pode ser ainda mais clara se considerarmos, ao lado de Claudia Gilman, que as décadas de 1960 e 1970 testemunharam uma efervescência singular, gerada pela experiência compartilhada das mudanças que ocorriam no pós-Segunda Guerra Mundial e guiada pelo Terceiro Mundo e suas bandeiras. Ao lado de Bandung, do anticolonialismo e das independências de países asiáticos e africanos, a autora, interessada na América Latina, destaca a Revolução Cubana, de 1959, como um acontecimento-chave para a criação de uma época em que o novo e o revolucionário eram a pauta do dia. Segundo a autora,

É inevitável que para muitos especialistas europeus e norte-americanos, o ano de 1968 pareça a condensação do período marcado pela rebelião [...]. Muitas análises esboçadas por estudiosos

a partir da perspectiva europeia ou norte-americana – não todas – perdem frequentemente de vista que as origens da maré revolucionária vinham do Terceiro Mundo, da Revolução Cubana e da vietnamita e, anteriormente, dos processos de descolonização na África, e geralmente atrasam os sessenta para datar sua origem em 1968. E algumas vezes, fazem isso os mesmos terceiro-mundistas que ofertaram aos protestos estudantis de 1968 a iconografia de seu descontentamento: seus cartazes do Che, Ho Chi Minh, Mao e outros líderes da rebelião.<sup>50</sup>

Não é por acaso que teorias posteriores procuram se ligar aos acontecimentos das décadas de 1950, 1960 e 1970. Os discursos e os questionamentos fomentados pelas teorias que o Terceiro Mundo criava e demandava gestaram a sistematização e o fortalecimento de uma visão crítica e desnaturalizadora da modernidade europeia. O modelo ocidental de narrativa sobre si e sobre o conhecimento, a linguagem e as suas instituições, fortemente embebido de um sentido de progresso e de autoafirmação, havia sofrido golpes sucessivos com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, era a afirmação de novas perspectivas e sujeitos protagonistas, mesmo no interior da academia e do cenário político ocidentais, que levava a linguagem da rebelião para dentro da estrutura que outrora havia legitimado o universalismo europeu. Nesse mesmo contexto, eclodem linhas de pensamento como a chamada “virada linguística” francesa, durante a década de 1960, e a História Social Inglesa, nas décadas de 1960 e 1970, que, por sua vez, são reconhecidamente entendidas como arcabouços teóricos referenciais para o pensamento pós-colonial, principalmente no caso do Grupo de Estudos sobre a Subalternidade do Sul da Ásia.<sup>51</sup>

Essas tortuosas redes, que fluem e refluem nas vias do tempo, são visíveis, por exemplo, quando Dipesh Chakrabarty, em seu prefácio à nova edição do livro *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference* (Provincializando a Europa: pensamento pós-colonial e diferença histórica), de 2008, evoca a ligação teórica de seu trabalho

<sup>50</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 38.

<sup>51</sup> DIRLIK, Arif. The Postcolonial Aura: Third World criticism in the age of global capitalism, *Critical Inquiry*, Chicago, 20, pp. 328-56, 1994, cit. pp. 341-4.



com textos e processos que chama de “anticoloniais” por meio de um encaixe em sua apropriação da obra de Michel Foucault. Chakrabarty, que compunha o Grupo de Estudos sobre a Subalternidade, descreve sua crítica ao “historicismo” como parte da percepção ocidental hegemônica sobre o tempo na modernidade. Esse ponto de vista problematizador se materializaria em uma escrita da história a partir do texto de Foucault, “Nietzsche, a Genealogia e a História”, de 1971. Segundo Chakrabarty, porém,

Eu não pude senão notar o fato de que, muito antes de Foucault, uma parte radical do pensamento anticolonial nacionalista na Índia tinha, na verdade, repudiado o que eu chamei de “historicismo” primeiro reivindicando e, com a independência, garantindo na prática a cidadania completa para as massas analfabetas em um momento em que todas as teorias clássicas e ocidentais de democracia aconselhavam um programa em duas etapas: primeiro educar, depois desenvolver e só então dar direitos de cidadania. Essa relação crítica com a história progressista ou etapista era, eu reivindiquei, uma parte da herança anticolonial. Não foi uma coincidência que o historiador dos Estudos Subalternos (e nosso mentor) Ranajit Guha, em seu livro sobre insurgências camponesas na Índia colonial, rejeitou a caracterização feita por Hobsbawm de camponeses modernos como “pré-políticos”. O campo do pensamento colonial foi claramente um terreno fértil para o cultivo das críticas pós-estruturalistas de Foucault ao “historicismo”.<sup>52</sup>

A relação entre o trabalho de Foucault e os acontecimentos que envolveram a independência da Índia, em 1947, e reformas posteriores, feitas durante a década seguinte no país, que Chakrabarty não deixou de notar, levaram-no a considerar que o pensamento anticolonial era um diálogo possível para seu trabalho como um campo no qual as críticas de Foucault poderiam ser cultivadas.

Extrapolando o autor e a partir das ligações já traçadas, cabe o questionamento sobre por que não afirmar o inverso, uma vez que o pensamento anticolonial, como o próprio pesquisador salienta, é anterior aos escritos de Foucault? Com um pouco mais de ousadia, pergunto-

<sup>52</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2008, p. XV.

me, ainda, se Foucault, como intelectual com ampla mobilidade espacial e relevância pública, não deve ser pensado como parte de seu tempo e inserido, com todos os efeitos que isso pode ter, em uma sociedade francesa em profundas mudanças, na qual o colonialismo e também o anticolonialismo eram, em grande parte, determinantes para a pauta política e a opinião pública? A relevância que isso teve (ou não) em seus escritos e posições não é o objeto deste artigo, mas a certeza de que Foucault e intelectuais etiquetados como anticoloniais, como é o caso de Alioune Diop e Léopold Sédar Senghor, pertencem a dois mundos completamente separados e herméticos – entre os quais as relações se dão somente pelas posições respectivas e não intercambiáveis de “influência” e “recepção” – não é por si só a manifestação das divisões e da existência de lugares de fala demarcados pelo jogo de forças e pelos regimes de verdade secretados pela modernidade que se quer criticar?

Esses são desdobramentos que colocam em perspectiva a noção de fluxo de ideias, ao mesmo tempo que dão relevo à manutenção da diferença de autoridade investida no interior da Academia nos discursos reconhecidos como parte de tradições francesas e inglesas e nas propostas políticas e culturais da *Présence Africaine*.

Nota-se que a circulação de teorias, conceitos e críticas não implicou uma implosão das divisões e das marginalizações. A revista se apresentava como um dos nós de uma rede de ideias e de práticas políticas e intelectuais que se formava no pós-1945, e a difusão das teorias sobre o subdesenvolvimento posteriormente ligadas às análises do neocolonialismo, bem como seu uso na África, mostrou como esse fluxo podia funcionar e ser significado e significativo na imaginação política africana. A legitimidade do discurso europeu sobre o mundo africano, e mesmo asiático e latino-americano, sem sua contrapartida equivalente, no entanto, permanece distinguível ao longo das décadas posteriores, no século XX. Talvez por isso, mesmo imbuída de um manifesto projeto de ruptura epistemológica, a *Présence Africaine* tenha escolhido, em 1958, publicar pensadores franceses e não teóricos latino-americanos para embasar seu planejamento econômico no final da década de 1950 e, décadas depois, Chakrabarty faça manobras teóricas para provincializar a Europa sem abdicar de uma hierarquização entre os escritos de Foucault e o anticolonialismo indiano.

## Considerações finais

Investir na perspectiva pan-africanista e não abdicar desse espaço de enunciação, assim como manter um diálogo com os Estados nacionais que surgiam na África na década de 1960, era uma escolha que mantinha a *Présence Africaine* em relação dinâmica com as elites intelectuais africanas, principalmente do oeste do continente. Como se procurou demonstrar aqui, a linguagem, o vocabulário e as práticas que a revista utilizava, defendia publicamente e manejava nos bastidores tinham como referência e área de intervenção as discussões que polarizavam os intelectuais e os políticos africanos a ela contemporâneos.

Como a independência política dos países africanos se tornava uma realidade cada vez mais abarcante a partir de 1960, o futuro do continente africano passava a ser discutido em novos termos.

Nos primeiros anos de 1960, a *Présence Africaine*, ao lado de políticos e partidos africanos, passou a pensar o devir do continente a partir de duas temáticas centrais: o *neocolonialismo* e a *construção da nação na África*. Esses dois pontos concentraram as atenções da edição, ainda encabeçada por Alioune Diop e seus aliados, como Christiane Yandé Diop e Iwiyé Kala-Lobé, e congregaram a continuidade de bandeiras da segunda metade da década de 1950 com o diálogo com as novas configurações que circundavam a revista, sua atuação institucional, por meio da SAC, e seus principais atores e contribuidores, os intelectuais africanos. Os assuntos se interseccionavam e revelavam também a apropriação de teorias econômicas sobre o desenvolvimento criadas no pós-Segunda Guerra Mundial na América do Sul. A ideia de pertencimento ao grupo nomeado como Terceiro Mundo surgia como uma maneira de articular temáticas e posicionamentos no interior da revista, bem como de negociar solidariedades políticas e redes intelectuais.

Como se procurou demonstrar aqui, a discussão não estava restrita a essa elite africana e congregava agentes diversos, constituindo um imbricado fluxo de ideias que se organizava como uma dimensão importante do contexto pós-Segunda Guerra Mundial. A *Présence Africaine* surge como um nó, um espaço de imbricação e de entrelaçamento nas redes intelectuais que se fortaleciam e se sustentavam a partir

da pressuposição do compartilhamento da experiência histórica do colonialismo e do “subdesenvolvimento” pelo chamado Terceiro Mundo.

A percepção de constituir parte de um todo com dimensões globais foi apropriada pelos intelectuais que transitavam em torno da *Présence Africaine* e deu sentido a movimentos de solidariedade política e econômica, bem como a críticas ao universalismo europeu e à geopolítica da produção de conhecimento. De certo modo, a noção de que existia um mesmo conjunto de experiências, de problemas e de soluções dava aos agentes africanos e não europeus individuais e coletivos um espaço de articulação fora do antigo eixo imperial. Era a apropriação de um lugar de marginalização como campo de possibilidades de novas alianças. Estava em prática a criação de um lugar privilegiado para a imaginação política do devir africano tendo como ator principal o intelectual. Mais do que isso, porém, esse lugar era investido de uma visão que também se voltava para o exterior e se fundamentava pela percepção compartilhada de que a tarefa de romper com os resquícios de uma antiga ordem imperial não era solitária. Tarefa que a *Présence Africaine* havia assumido como sua e que procurava articular com as ideias que transitavam entre América, Ásia, África e Europa. O Terceiro Mundo endossava e era endossado, estruturava e era estruturado, pelas redes aqui trabalhadas.

Por fim, apontaram-se os caminhos que parecem indicar desdobramentos não apenas espaciais, mas também temporais para as ideias e as discussões que formavam os fluxos aqui investigados. De maneira provocativa, a ênfase recaiu sobre as idas e vindas nem sempre documentadas dessas imagens de mundo conectado vistas através da lente do Terceiro Mundo em meados do século XX e de seu papel inovador e diretamente modificador das práticas políticas e intelectuais inventadas mesmo em regiões marcadas pelo signo do *Centro*. A dificuldade que se encontra nas primeiras décadas do século XXI em abordar a complexidade desses processos, que deslocam e invertem os sentidos mais ou menos estáveis da ideia de originalidade intelectual, questionando a representação de uma produção acadêmica europeia sempre difusora e nunca receptora, não estaria precisamente na continuidade das assimetrias que fundamentaram, em meados do século XX, os argumentos da necessidade de uma solidariedade entre latino-americanos, africanos e asiáticos?

No interior desse mundo conectado que a *Présence Africaine* articulava em suas páginas e em seus eventos, a África surgia como plataforma para a execução de um protagonismo, como uma zona a ser imbuída de peso político, mas já detentora de existência cultural e histórica significativa. O periódico deve ser visto como carro-chefe africano em uma articulação terceiro-mundista do espaço intelectual e político global. Como revista intelectual e organização não governamental, a *Présence Africaine* retirava seus métodos e temáticas, bem como sua legitimidade e seu local de enunciação, da vigência de um mundo imaginado em blocos, repartidos, mas também passíveis de serem remontados. Nesse cenário pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a geopolítica das grandes zonas de solidariedade é considerada uma dimensão da experiência vivida, os projetos e a preocupação com a fundação do nacional no pós-independência se articulavam em movimentos e em instituições externos ao campo político tradicional, nas páginas de revistas e em encontros de artistas e de intelectuais. A linguagem do Terceiro Mundo, do pan-africanismo e da construção nacional se encontravam, nas décadas de 1950 e de 1960, e se misturavam na revista como uma decorrência da existência da *Présence Africaine* nesse mundo de grandes movimentos de solidariedade. Embora nem sempre isso tenha ocorrido sem conflitos ou contratempos.

## Bibliografia

BASTIDE, Roger. [Correspondência]. Arquivo do Institut Mémoire de l'Édition Contemporaine (IMEC). Fundo Communauté Africaine de Culture, caixa CAC 32. 1 e 2 : Allocutions, hommages, entretiens (1967-2000), s/d.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Carlos. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.

COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2005.

COPANS, Jean. L'Afrique Noire comme paradigme fondateur des Sciences Sociales françaises et francophones du développement (1920-2010), *Ethnologie française*, v. 41, pp. 405-14, 2011.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1(29), pp. 45-64, abril 2007.

DIRLIK, Arif. The Postcolonial Aura: Third World criticism in the age of global capitalism, *Critical Inquiry*, Chicago, 20, pp. 328-56, 1994.

ENCYCLOPAEDIA Universalis. Guy de Bosschere. Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/guy-de-bosschere/>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, pp. 428-38.

FRIOUX-SALGAS, Sarah. Présence Africaine. Une tribune, un mouvement, un réseau, *Gradiva*, Paris, n. 10, pp. 4-21, 2009.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

LE QUOTIDIEN. Hommage à David Diop, *Le Quotidien*, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.lequotidien.sn/hommage-a-david-diop/>>. Acesso em 5 de setembro de 2018.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho 2017.

PLETSCH, Carl. The three worlds, or the Division of Social Scientific Labor, circa 1950-1975, *Comparative Studies in Society and History*, 23, pp. 565-90, 1981.

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 8-9-10, junho-novembro 1956 (Le I<sup>er</sup> Congrès International des Écrivains et Artistes Noirs).

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 12, fevereiro-março 1957 (Hier Gold Coast, Aujourd'hui Ghana).

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 21, agosto-setembro 1958.

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 37, 2<sup>a</sup> trimestre 1961.

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 38, 3<sup>a</sup> trimestre 1961.

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 40, 1<sup>a</sup> trimestre 1962.

*PRÉSENCE Africaine*, Paris, n. 41, 2<sup>a</sup> trimestre 1962.

*PRÉSENCE Africaine, Maison d'édition*, site. Disponível em: <<http://www.presenceafricaine.com/info/8-maison-d-edition>>. Acesso em 5 de setembro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SAUVY, Alfred. Trois mondes, une planète, *Vingtième Siècle: revue d'histoire*, n. 12, pp. 81-3, 1986.

SENGHOR, Léopold Sédar. O contributo do homem negro (1939). In: SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 73-92.

VALDÉS, Eduardo Devés. La circulación de ideas en el mundo periférico: algunas presencias, influencias y reelaboraciones del pensamiento latinoamericano en África, *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, pp. 88-98, dezembro 2003.